

A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros

The crisis of representativeness in two times in Brazil today: a look at the garbageman' and the truckers' strike

La crisis de representatividad en dos tiempos en el Brasil actual: una mirada sobre la huelga de los barrenderos y de los camioneros

La crise de la représentativité en deux actes au Brésil: une analyse sur la grève des balayeurs et des les chauffeurs routiers

Antonio Euzébios Filho
aeuzebios@hotmail.com

Resumo

O objetivo do texto foi desenvolver uma reflexão teórica sobre a crise de representatividade na atualidade, contextualizada a partir do retrato de dois movimentos recentes: a greve dos garis em 2014 e dos caminhoneiros em 2018. Com esses dois exemplos, é possível analisar a crise da representatividade em dois tempos: no cenário imediatamente após as manifestações de junho, quando a mencionada crise emerge com toda força. Em seguida, no processo que envolveu o impeachment de Dilma em que notamos contornos específicos de polarização social. Nos dois casos analisados, é possível observar o descolamento da base em relação às lideranças sindicais como um dos sintomas da mencionada crise. Mas, entre gritos de “não vai ter copa” (no caso dos garis) e de “intervenção militar já” (que se fez presente na greve dos caminhoneiros), temos um cenário de crise de representatividade com elementos de polarização social.

Palavras chave: *representatividade, greve, polarização, consciência, sindicato.*

Abstract

The purpose of the text was to develop a theoretical reflection about the crisis of representativeness crisis in the present, contextualized from the portrait of two recent movements: the garbageman' strike in 2014 and the truckers' strike in 2018. With these two examples, it is possible to analyze the crisis of representativeness in two times: in the scenario immediately after the manifestations of June, when the mentioned crisis emerges with full force. Then, in the process that involved Dilma's impeachment now on we noted specific

Instituto de Psicologia da USP (São Paulo). Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Como citar: *Euzébios Filho, A. (2019) A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. Psicologia Política, 19(45), p. 186-201*

contours of social polarization. In the two cases analyzed, it is possible to observe the detachment of the base from the union leadership as one of the symptoms of the crisis of representativeness. However, between screams of "there will not be cup" (in the case of the garbageman) and "military intervention already" (which was present in the truckers' strike), we have a crisis of representativeness scenario with elements of social polarization.

Key words: *representativeness, strike, polarization, conscience, union*

Resumen

El objetivo de este texto fue desarrollar una reflexión teórica sobre la crisis de representatividad en la actualidad, contextualizada a partir del retrato de dos movimientos recientes: la huelga de los barrenderos en 2014 y de los camioneros en 2018. Con estos dos ejemplos, es posible analizar la crisis de la representatividad en dos tiempos: en el escenario inmediatamente después de las manifestaciones de junio, cuando la mencionada crisis emerge con toda fuerza. A continuación, en el proceso que involucró el impeachment de Dilma adelante notamos contornos específicos de la polarización social. En los dos casos analizados, es posible observar el desprendimiento de la base en relación a los liderazgos sindicales como uno de los síntomas de la mencionada crisis. Pero, entre gritos de "no va a tener copa" (en el caso de los barrenderos) y de "intervención militar ya" (que se hizo presente en la huelga de los camioneros), tenemos un escenario de crisis de representatividad con elementos de polarización social.

Palabras clave: *representatividad, huelga, polarización, consciencia, sindicato*

Résumé

Le but du texte était de développer une réflexion théorique sur la crise de la représentativité dans le temps présent, contextualisée par deux mouvements sociaux récents: la grève des balayeurs en 2014 et des chauffeurs routiers en 2018. Ces deux exemples permettent d'analyser la crise de la représentativité en deux actes: dans le scénario qui a immédiatement suivi les manifestations de juin 2013 au Brésil, lorsque la crise susmentionnée a éclaté avec toutes ses forces, et dans le processus qui a impliqué la destitution de Dilma, moment historique où nous avons remarqué les contours spécifiques de l'antagonisme sociale. Dans les deux cas analysés, il est possible d'observer le l'éloignement de la base sociale par rapport à la direction syndicale comme l'un des symptômes de la crise de représentativité. Entre les cris de "Il n'y aura pas de coupe du monde" (dans le cas des balayeurs) et "intervention militaire déjà" (qui était présente dans la grève des chauffeurs routiers), nous avons un scénario de crise de représentativité comportant des éléments de antagonisme sociale.

Mots clés: *représentativité, grève, antagonisme, prise de conscience, syndicat.*

Introdução

O Brasil vive uma crise de representatividade que atinge diversos setores da sociedade brasileira. Crise essa que extrapola os limites das instituições democráticas, mas que é observada, principalmente, no interior delas. Um exemplo é a maior rejeição popular da história de um presidente, Michel Temer, como amplamente divulgado na grande mídia (por exemplo, Revista Veja, 2018). Também são inúmeras pesquisas de opinião que retratam um sentimento de insatisfação com o parlamento brasileiro e com as instituições públicas de uma forma geral (dentre outras, IBOPE, 2018). E o que podemos observar é que essa insatisfação vem sendo canalizada tanto para direita como para esquerda¹, ainda que esses campos nem sempre estejam bem definidos nas ruas, colocando contradições nos rumos da indignação – tal que vivemos entre coros pela intervenção militar e manifestações democráticas nas ruas reivindicando direitos sociais (Melo, 2015; Euzébios Filho & Guzzo, 2018).

O objetivo do texto foi desenvolver uma reflexão teórica sobre a crise de representatividade na atualidade, tomando como ponto de partida as manifestações de junho de 2013 (Ritcher, Ortolano & Giacomini, 2014) e contextualizado a questão a partir do retrato de dois movimentos recentes: a greve dos garis em 2014 e dos caminhoneiros em 2018.

Com esses dois exemplos é possível analisar a crise da representatividade em dois tempos: em um primeiro momento, no cenário imediatamente após as manifestações de junho (até a realização da Copa do mundo, em 2014), quando emerge com toda força a crise de representatividade (Euzébios Filho & Guzzo, 2018). Em um segundo momento - verificado a partir do processo que envolveu o impeachment de Dilma em diante – com a permanência da mencionada crise, mas com contornos mais específicos de polarização social que pendem para o conservadorismo social e econômico.

A noção de crise de representatividade política passa, necessariamente, pela observância dos pilares que comportam as democracias liberais representativas, que segundo Lousao (2011) são aquelas que buscam fundamentos práticos “de identidade para a própria democracia (...) atingindo formas diversificadas do ato de representar” (p. 50). Essas formas diversificadas, diz o autor, são constituídas por processos, historicamente, marcados pela perspectiva da autoridade e do consentimento (podendo uma conviver ou suportar a outra).

Uma vez que determinado ato de representar configura-se como fundamento democrático do Estado, ampliando ou restringindo a pluralidade dos processos decisórios, vai se estendendo “o conceito de representação aos mais diversos tipos de instituições públicas, aos movimentos corporativos e às organizações sociais” (p. 50). Desse modo, resultam as mais variadas tradições e estruturas representativas na sociedade capitalista, consolidadas por procedimentos formais que sustentam as organizações do poder político e do conteúdo moral de uma entidade, instituição ou movimento social.

Porém, justamente quando “o caráter representativo de instâncias sem a existência de um processo formal de designação pode ser questionado do ponto de vista de sua legitimidade” (p. 51), é que se anuncia uma crise de representatividade. Ou seja, se a legitimidade do representante é questionada à margem dos procedimentos de representação formalmente estabelecidos (entre representantes e representados), instala-se uma crise de representatividade que pode variar de grau e de intensidade a depender do caráter espontâneo ou organizado da dissidência, assim como da sua capacidade de penetração política.

¹ De pronto, é importante precisar, minimamente, o que entendemos por direita e esquerda. O termo esquerda será empregado em dois sentidos: de forma ampla, que segundo Ricci (2009), foi legitimada pelo uso desde a revolução francesa e remete a todos setores da sociedade que lutam por justiça e igualdade social, dentro e fora do parlamento. Em um segundo sentido, referimo-nos à esquerda socialista, que, por sua vez, é aquela que engloba o que Ricci (2009) denomina de esquerda democrática e revolucionária. Para Ricci (2009), a direita por sua vez é caracterizada pelo primado da liberdade individual sobre a resolução de conflitos de classe e da própria desigualdade social. Evidente que é possível observar variações no interior do campo da direita, caminhando para posições mais ou menos próximas do chamado centro. As inúmeras posições políticas de centro, esquerda ou direita – assim com seus entrelaçamentos e distanciamentos - demandariam uma análise complexa da situação política histórica e atual, o que nos desviaria do caminho argumentativo adotado até aqui. De modo que esquerda e direita serão tratados de maneira geral neste texto.

Isso posto, é possível considerar que a crise de representatividade na atualidade pode ser entendida, também, como crise de legitimidade de determinadas entidades representativas, como se tornou explícita na greve dos garis e dos caminhoneiros, considerando que houve um descolamento da base em relação às lideranças sindicais (Bartz, 2016; Farias, Wissmann & Bauer, 2017). Como tentaremos demonstrar, esse descolamento se caracterizou não apenas por uma crise programática, mas por um descontentamento espontâneo dos liderados em relação aos líderes.

O movimento dos garis na cidade do Rio de Janeiro, em 2014 aconteceu logo após as manifestações de junho de 2013, no período da realização de um mega-evento, como a Copa do Mundo, em que foi investido um montante significativo de verba pública, explicitando quais eram as prioridades do Estado brasileiro - entre outras situações que tornaram explosivas essa como outras greves daquele momento (Bartz, 2016).

Um tempo depois, em 2015, iniciava-se um movimento organizado por entidades representativas dos caminhoneiros e autônomos reivindicando queda no preço cobrado pelos fretes (Farias e col., 2017). Essa greve acabou, mas deixou rastros para a construção de um movimento mais duradouro, ocorrido em 2018. Nessa ocasião, os caminhoneiros basicamente continuavam a reivindicar a queda dos preços do frete, mas também do diesel. Como é sabido, o governo Temer baseia-se nas variações do dólar e do preço do petróleo no mercado internacional para taxar os combustíveis no país, resultando em uma variação diária dos valores. Insistindo em manter essa política, a greve rapidamente tornou-se explosiva. Ainda sem saber onde poderiam chegar, foi um movimento iniciado pelas entidades representativas dos caminhoneiros, mas que perdeu a liderança quando os acordos firmados entre algumas entidades e o governo federal não foram respeitados nas rodovias. Após esse episódio, foi nítido que o movimento passou a ser hegemônico por líderes isolados, passando por intervencionistas e agentes empresariais infiltrados (Ruiz, 2012), mas também por figuras autônomas, sem vínculo político ou partidário.

A perda de legitimidade das entidades em conduzir as negociações também foi notada na greve dos garis. A exemplo dos caminhoneiros, ela foi caracterizada como revolta mais ou menos espontânea, isto é, sem uma direção formal, o que mostra uma característica do momento histórico pós-junho 2013 (Bartz, 2016; Euzébios Filho & Guzzo, 2018; Farias e col., 2017).

A greve dos garis do Rio de Janeiro começou a ganhar corpo em fevereiro de 2014. Naquela ocasião, a paralisação não foi apoiada pelo sindicato do setor, filiado à União Geral dos Trabalhadores (UGT). As mobilizações começaram com a dissidência de um grupo de 300 garis, que não aceitaram continuar com um salário base de 803 reais e um vale alimentação de R\$12. Uma “revolução laranja” explodiu sem que ninguém esperasse: mais de 70% dos garis aderiram à paralisação que, durante oito dias, deixou quase 20.000 toneladas de lixo acumuladas nas ruas do Rio de Janeiro (Bartz, 2016).

Do enfrentamento ao governo e contra a própria base sindical, a greve dos garis foi judicializada, quando, do lado de fora do Tribunal Regional do Trabalho, aproximadamente 200 trabalhadores votaram na assembleia para fechar a contraproposta de R\$ 1.100 e tíquete diário de R\$ 20 aceita pela prefeitura (Calixto, 2014).

Já a greve dos caminhoneiros em 2018 - essa mais complexa e de amplitude nacional - também revelou uma insatisfação com a direção dos sindicatos, mas com um giro conservador que pôde ser observado pelos reclamos de intervenção militar. Reclamos esses que, paradoxalmente, vinham de grevistas contrários ao governo federal que convocou o exército a reprimir os trabalhadores nas rodovias, como ocorreu efetivamente.

Em abril de 2018, após uma semana de greve, o país passou por uma crise de abastecimento, quando então o governo federal decidiu negociar formalmente com as lideranças dos caminhoneiros. Mas a própria diversidade de agentes representativos tornou complexa a tarefa de negociação. Mais ainda: as divergências em relação à alteração da política dos preços do diesel, como principal objeti-

vo da greve, não era consenso entre as entidades (Shalders, 2018). Muitos passaram claramente a reivindicar a queda do governo Temer.

Finalmente, à mesa sentaram representantes do governo federal e das diversas entidades, as quais somente algumas chegaram ao acordo de redução do preço do diesel por um determinado período. Representando os caminhoneiros autônomos, por exemplo, tínhamos: Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Associação Brasileira de Caminhoneiros (ABCAM) e União Nacional dos Caminhoneiros do Brasil (UNICAM). Nas negociações, surgia outro ator: a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) que, em nota oficial alegava não apoiar a greve, mas dizia ter sido chamada pelo governo federal para mediar as negociações (Confederação Nacional dos Transportes, 2018).

Tanto a CNT como a CNTA aderiram à primeira proposta do governo Temer, enquanto as outras se colocaram firmes na posição de reivindicação de medidas permanentes de regulação do preço do diesel. Daí em diante, as próprias entidades perderam o controle, quando emergiram diariamente novas lideranças com forte atuação nas redes sociais.

Os leitores notarão que, pela complexidade e atualidade dos acontecimentos não encontramos uma resposta objetiva para alguns aspectos que marcaram, principalmente, a greve dos caminhoneiros, tais como: papel das empresas de transporte, o peso das posições divergentes no interior do movimento e o peso das redes sociais na pulverização das pautas e na formação de novas lideranças, por dentro e por fora das entidades sindicais.

Sobre os dois exemplos estudados, importante mencionar ainda que, em certa medida, as análises estiveram apoiadas em uma pesquisa documental realizada por meio de consultas na internet, em site de jornais e pela plataforma *Youtube*, que traz uma variedade de vídeos, depoimentos e narrativas de lideranças e personagens dos movimentos. Foram escolhidos alguns vídeos dentre os mais visitados na plataforma e que também continham narrativas daqueles que participaram diretamente das greves. Mas, é importante citar que, nem mesmo o acesso aos materiais audiovisuais foi suficiente para identificar, com clareza, quem eram as lideranças e os principais personagens das greves.

Ainda em tempo, deve ser ressaltado que a intenção não é comparar duas situações diferentes - uma ocorrida em âmbito local e outro nacional, variando de intensidade e amplitude política e econômica. Ao escolher esses dois movimentos, o objetivo foi traçar um panorama temporal da crise de representatividade no país de 2013 até os dias de hoje.

Buscaremos sustentar que, após as jornadas de junho setores social e economicamente conservadores retomaram algumas zonas de controle dentro e fora do Estado, pela via eleitoral e com a direita de volta às ruas (Melo, 2015; Euzébio Filho & Guzzo, 2018). O impeachment de Dilma é parte desse processo, tendo inclusive o movimento dos caminhoneiros de 2015 como grande incentivador. E como procuramos demonstrar ao longo desta exposição, os últimos dias da greve dos caminhoneiros de 2018 também refletem aspectos de uma onda conservadora (Euzébio Filho & Guzzo, 2018) que culminou com o resultado das últimas eleições presidenciais.

Esse texto começa por uma breve análise sobre a questão sindical na atualidade, considerando que a greve dos garis e dos caminhoneiros foram influenciadas, sobretudo, por um processo histórico de pulverização das lideranças e pela efemeridade da identidade sindical, retratando um misto de organização e espontaneísmo. Apontamos para o fato de que a burocratização sindical - observada, por exemplo, na priorização dos acordos de cúpula (entre lideranças sindicais e representantes dos governos) em detrimento de estratégias de enfrentamento de classe - tornaram distantes os sindicatos dos seus representados, corroborando uma crise de direção que traz contornos dramáticos para o cenário mais amplo da representatividade política no país.

Em um segundo momento, buscamos caracterizar a crise de representatividade na atualidade,

sendo que uma de suas características, paradoxalmente, é a polarização social - ainda que esse fenômeno se manifeste de maneira confusa, com pautas de direita e esquerda convivendo e muitas vezes se confundindo entre si. Esse é o caso dos exemplos ilustrativos, como por último serão apresentados.

Para ligar os pontos específicos aos aspectos mais gerais do anunciado contexto sócio-político, buscamos fundamentação na psicologia política e no materialismo histórico e dialético.

Um olhar sobre o mundo do trabalho e a representação sindical

A questão sindical, certamente, ganhou novos contornos com as transformações recentes no mundo do trabalho², tendo dois elementos principais e complementares: financeirização do capital e reestruturação produtiva (englobando a flexibilização das leis trabalhistas).

Segundo Paulani (2009), a financeirização do capital caracteriza-se pelas especulações financeiras que acompanham a abertura do capital de empresas e monopólios, mas também por um acervo de papéis de investimentos, adequados aos pequenos, médios e grandes investidores. Os juros das aplicações financeiras tornaram, assim, variável o capital das empresas, cada vez mais sujeitos ao “humor” do mercado de ações. Há produção se há investimento. A produção por demanda segue, então, a rentabilidade de um mercado global e interligado: o mercado financeiro. Assim que, para Paulani (2009), o regime de acumulação buscou o caminho da dominância da valorização financeira.

A financeirização do capital é uma das características do processo de reestruturação produtiva. Para Antunes (2010), esse processo é caracterizado pela reconfiguração dos parques industriais, robotização das operações maquinais, introdução de novas lógicas de controle, estocagem de mercadorias e acentuada importância do setor de logística e serviços. Mas, a característica mais contundente desse processo, sem dúvida, é a precarização das condições de contratação e empregabilidade.

A instabilidade do trabalhador é a marca principal da dita “modernização” das relações trabalhistas (Antunes, 2010). A flexibilização das leis trabalhistas permite a contratação de variados regimes de trabalho, reforçando o caminho das terceirizações e das novas formas de organizações sindicais. É esse o ponto, para nós, especialmente relevante uma vez tratando das facetas de uma crise de representatividade observada também no mundo sindical.

Segundo Antunes (2010), as mudanças no mundo do trabalho caracterizam-se pela crise da superprodução e a decorrente necessidade de ampliar a capacidade de consumo dos diferentes segmentos socioeconômicos (os nichos de mercado). Decorrem dos processos de desregulamentação da economia, privatizações e terceirizações que resultam na flexibilização dos direitos trabalhistas (Antunes, 2010; Machado, Giongo & Mendes, 2016), em paralelo com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

Outro aspecto a ser considerado é que o mundo do trabalho “moderno” passa a sofrer alterações com a introdução, definitiva, da tecnologia no processo produtivo – com a introdução da microeletrônica, por exemplo. A informatização dos processos e serviços também passou a ser ferramenta essencial para fazer circular a mercadoria. E com o aumento do “trabalho morto” em relação ao “trabalho vivo” (Antunes, 2010), por exemplo, nota-se a relevância do setor de serviços. Em resumo, tem-se uma empresa enxuta e flexível: menos trabalhadores, jornadas de trabalho flexíveis, produção por demanda, entre outras características que afetam o processo de trabalho e os vínculos trabalhistas (Machado et al., 2016).

² Para Antunes (2008), mundo do trabalho engloba a produção de mercadorias, mas também passa pelo setor de transportes e serviços. Abarca tudo que compõe o que o autor denomina de 'a classe que vive do trabalho'. A noção mais ampla de trabalho produtivo passa pelo reconhecimento do papel dos próprios caminhoneiros - atores responsáveis por grande parte do escoamento da produção no Brasil. Para Antunes, há uma interdependência do setor produtivo em relação ao transporte terrestre de cargas (distribuição do produto), o que revela significativa relação entre produção e serviços.

Com efeito, a reestruturação produtiva vem contribuindo, historicamente, para pulverização dos sindicatos e centrais sindicais, que se organizam por diferentes modalidades de representação: os trabalhadores terceirizados, os celetistas, estatutários, os microempreendedores - sejam eles contratados por empresas, organizações sociais, entidades filantrópicas, fundações, entre outras possibilidades vigentes (Amorin, 2008; Antunes, 2010, Marcelino, 2008).

Por isso que as alterações no mundo do trabalho - e tudo que elas representam para o campo da representação trabalhista - interferiram sobremaneira na identidade sindical, compreendendo que ser sindicalizado também passa pela adesão, mais ou menos consciente, dos eixos programáticos e dos métodos político-organizativos, ou propriamente pelos efeitos práticos da política sindical (Amorin, 2008; Marcelino, 2008).

Mas, para que não façamos uma avaliação apressada, é importante entender que o relativo esfrelando dos sindicatos na promiscuidade das negociações patronais (Boito Júnior, 1996; Amorin, 2008) não correspondeu, necessariamente, a um enfraquecimento das greves e não refletiram em uma queda das sindicalizações de 2012 em diante.

O grande paradoxo é entender como a crise de representatividade e as profundas alterações no mundo do trabalho e nas relações trabalhistas não frearam o crescimento dos sindicatos, quando se observa a elevação da parcela dos sindicalizados no país e o número de greves em crescimento nos últimos anos, como afirma Cardoso (2014), que afirma:

(...) tomando-se os resultados das negociações coletivas, as taxas de greves ou a presença de sindicalistas nas esferas de representação política (o parlamento ou a administração estatal), o que se viu, em lugar da crise, foi um movimento consolidado e atuante, ainda que essa atuação não tenha tido a visibilidade que muitos gostariam que tivesse. É verdade que as taxas de filiação sindical caíram, mas esse dado pode não ser alarmante, tendo em vista as enormes mudanças em curso nos mercados de trabalho, fruto do crescimento econômico centrado nos serviços, e tendo em vista, também, a pequena importância da filiação como medida da representatividade dos sindicatos (Cardoso, 2014, p. 1).

Ocorre que a consolidação do movimento sindical em meio à crise econômica pode se tratar de um falso paradoxo, pois a crise de representatividade - que tratamos como característica predominante da conjuntura na atualidade - não deve ser compreendida como sinônimo de ausência de resistência dentro e fora do mundo sindical. Outro aspecto que podemos concluir desse falso paradoxo (detendo-se, definitivamente, nesse aspecto daqui em diante) é a reconfiguração da identidade sindical em curso. Embora, como sugerem os indicadores (Cardoso, 2014), não se veja alterada a composição numérica das lutas e greves sindicais, a priorização das negociações patronais alterou os eixos programáticos de importantes centrais e sindicatos no país. Assim contribuiu para a deslegitimação e pulverização das lideranças sindicais (Amorin, 2008; Boito Júnior, 1996; Marcelino 2008), em que pese os elementos fundantes desse processo serem localizados nas mencionadas mudanças no mundo do trabalho.

Os dados apresentados por Cardoso (2014) refletem uma fragmentação no mundo sindical, especialmente, quando o autor trata de caracterizar pelo menos 11 centrais sindicais representativas no país - ainda que sejam observados retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas nas últimas décadas no país.

Com efeito, não há correspondência necessária entre ser sindicalizado e pactuar com a defesa de um programa que fortaleça os direitos dos trabalhadores. Da mesma forma, não se pode entender que todos os trabalhadores são sensíveis ou conhecedores das propostas programáticas do sindicato, cabendo mesmo reconhecer a possibilidade da indiferença. Também é necessário lembrar que, na

conjuntura atual não cabe realizar uma caracterização dicotômica entre ser de esquerda ou direita. As fronteiras entre esses dois polos de orientação política - ainda que possam estar claras no plano teórico - estão mais afrouxadas.

Além dos elementos centrais já mencionados, que dizem respeito ao impacto das transformações no mundo do trabalho para a fragmentação da representatividade sindical, os motivos do afrouxamento das fronteiras entre projetos de esquerda e direita no meio sindical são pelo menos três, os quais citamos: (i) os processos históricos que culminaram com a queda do muro de Berlim, enfraquecendo, na conjuntura global, a representatividade da esquerda socialista (Euzébios Filho & Guzzo, 2018); (ii) a institucionalização de líderes e centrais sindicais e a entrada desses nos governos, principalmente no Brasil, após o primeiro mandato de Lula em 2003 (Amorin, 2008; Marcelino, 2008); (iii) o quadro de desilusão do eleitorado de partidos que compõem o imaginário de esquerda, mas acabaram sendo regidas por agendas que fortalecem o desenvolvimento capitalista - como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil (Iasi, 2006) e do chamado trabalhismo em países da Europa, por exemplo (Petras, 2015).

A ausência de fronteiras ético-políticas claras entre direita e esquerda - longe de ser uma novidade histórica - acaba por agravar o quadro de crise de representatividade no campo sindical, já estabelecido nos marcos da reestruturação produtiva. Assim, a descaracterização programática de sindicatos e entidades (que nas décadas de 1980 e 1990 se pautavam pela perspectiva classista) contribuiu para um processo de deslegitimação de lideranças e entidades representativas, afetando a característica histórica de combatividade, por exemplo, da maior central sindical brasileira: a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Diante desse quadro, é possível admitir que o sentimento de eficácia/ineficácia política (Sandoval, 1994) explica, em larga medida, as transformações da identidade sindical na atualidade. Segundo Sandoval, a percepção sobre os efeitos práticos das políticas adotadas por uma entidade ou grupo político é fundamental para que ela seja legitimada ou deslegitimada coletivamente. Assim, se pensamos nos efeitos práticos da institucionalização das lideranças sindicais - como expressão do que Boito Júnior (1996) denominou de sindicalismo de negócios - é possível compreender aspectos de um sentimento de ineficácia política, o que se justifica por certo descolamento da base em relação às direções sindicais.

Podemos ainda considerar outro elemento constituinte da identidade sindical: aquilo que, segundo Sandoval (1996), caracteriza-se como processo psicopolítico de identificação de adversários. Assim que consideramos que o sindicalismo de negócios - com priorização da negociação patronal ao confronto de classes - contribuiu severamente para a possibilidade de a base identificar o adversário na própria liderança sindical ou no agente burocratizado. Ou ainda mais: no interior da própria classe.

O que configura a eficácia de um sindicato? Quem é por nós e contra nós? Essas questões nem sempre se põem de maneira clara na atualidade.... Ainda, a crise de representatividade, no marco das alterações da organização do trabalho e da estrutura do mercado de trabalho, parece colocar permanentemente a questão: sou mesmo um trabalhador?

Essas perguntas refletem uma identidade política em crise e não se colocam apenas para a base do movimento sindical, mas para as próprias lideranças. Elas configuram, em diferentes níveis de representatividade, um ponto de exclamação que exprime aquilo que Iasi (2006) caracterizou como movimento contraditório de uma consciência política que se movimenta entre a negação e o consentimento da ordem.

Mas, em que pese os movimentos contraditórios de uma consciência de classe que muitas vezes nega a si mesma, permanece havendo resistência daqueles que observam as contradições progra-

máticas com atenção. Para explicar determinados processos de resistência, a noção de cinismo político (González et al., 2005) permanece de extrema relevância. O cinismo político refere-se à percepção das contradições observadas entre os discursos e as práticas dos representantes políticos. Assim, o que era indiferença pode-se tornar questionamento sobre as tensões entre o que se faz e o que as lideranças anunciam publicamente. O que era consentimento deliberado pode se transformar em indignação espontânea de setores de um determinado sindicato que não mais se sentem representados e que observam, agora, o cinismo político enraizado na prática das lideranças sindicais.

Ocorre, todavia, que o cenário das forças políticas não é claro. O adversário político pode ser identificado na própria classe, o sentimento de eficácia pode conviver pacificamente com o de ineficácia. O consentimento ou percepção do cinismo político variam em tons graduais e nem sempre bem definidos. Esse é o legado do que Boito Júnior (1996) denominou de “sindicalismo de negócios”.

Trata-se, como dissemos, de uma política sindical que substitui a negociação pela perspectiva do confronto de classe, acomodando discursos em ganhos econômicos imediatos (salariais), que nem sempre podem ser mantidos no futuro - pelo menos para a parcela geral dos trabalhadores, como fica cada vez mais claro com o avanço da agenda neoliberal no país nas duas últimas décadas. Esse é o espectro das maiores centrais do Brasil, como a CUT e Força Sindical (Boito Júnior, 1996; Cardoso, 2014). É um fenômeno que resulta de uma tentativa de adaptação dos sindicatos aos novos elementos que configuram o mundo do trabalho na atualidade – o crescimento da informalidade e a precarização das condições de trabalho, o micro-empendedorismo e a crescente relevância do setor de serviços, as novas inserções no mercado etc. Tudo isso, somado, culmina com a institucionalização das lideranças nos governos (não apenas considerados de esquerda, como de direita), inclusive como representantes majoritários de coligações eleitorais³. Isso não necessariamente corresponde ao enfraquecimento das lutas sindicais, como vimos.

De todo modo, o que se observa não como fato novo, mas predominante nos dias atuais, é o imperativo da cordialidade da negociação, ancorada pelo uso eleitoreiro/instrumental dos sindicatos. Porém, os acordos patronais realizados pela direção de sindicatos sem consulta às bases, a burocratização e institucionalização das lideranças sindicais tem lá seus efeitos colaterais. Ou seja, a priorização dos acordos patronais acirra a crise de representatividade dentro dos sindicatos, ainda que, paradoxalmente, o número de greves, por exemplo, não tenha retrocedido (Cardoso, 2014). Isso, mais do que uma falta de clareza em identificar o adversário político, pode ser efeito de um nível elevado de percepção do cinismo político (González et al., 2005) e do sentimento de ineficácia (Sandoval, 1994) da base em relação à determinadas lideranças sindicais institucionalizadas em governos. Seriam esses alguns elementos, ainda que manifestados muitas vezes de maneira espontânea, que tornam impossível traçar um cenário meramente marcado pelo pragmatismo das lideranças sindicais (Euzébios Filho & Guzzo, 2018).

Os efeitos da burocratização sindical - agindo contundentemente no cenário da crise de representatividade - podem ser observados com clareza em dois momentos: a greve dos garis e dos caminhoneiros. O que esses dois movimentos têm em comum é justamente o questionamento das lideranças sindicais, mesmo que isso não tenha se transformado, efetivamente, em oposição organizada – seja claramente para a direita ou esquerda. E no caso dos caminhoneiros, de forma mais evidente, fica claro como pautas progressistas ou conservadoras confundiram-se, interferindo no próprio rumo das mobilizações e das negociações com o governo e a sociedade.

Antes de falar desses dois movimentos os localizaremos em um cenário mais geral, já mencionado, que é o da crise de representatividade na atualidade, tomando como ponto de partida as chama-

³ Podemos citar aqui dois exemplos: Luís Marinho (CUT) que se tornou ministro do trabalho do governo de Lula e Paulinho da Força (Força Sindical), conhecido deputado federal e liderança importante do partido “Solidariedade”.

das jornadas de junho de 2013.

Polarização social em um cenário de crise de representatividade

As manifestações de junho de 2013 ficaram conhecidas pelas intensas mobilizações populares que deram início, em todo país, com um movimento contra o aumento da passagem do transporte público (Richter, et al., 2014). Impulsionado pelo Movimento Passe Livre, as mobilizações ganharam apelo popular em defesa da pauta da mobilidade urbana, mas também foram impulsionadas por um sentimento generalizado de insatisfação com a política e a economia, em um quadro de aumento do desemprego, do custo de vida e da intensificação das greves e lutas sindicais (Euzébios Filho & Guzzo, 2018). Ainda mais alguns ingredientes: as ações parlamentares contrastando com as necessidades reais da população, os casos de corrupção associados aos altos custos públicos com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, delinearam um sentimento de ineficácia (Sandoval, 1994) e cinismo político (González et al., 2005). Esses aspectos contribuíram para um cenário de intensas convulsões sociais que explodiram em 2013 e permanecem até os dias de hoje.

O quadro de instabilidade política agrava-se pela gestão neoliberal de um cenário econômico não favorável à classe trabalhadora, com a priorização das privatizações, da manutenção dos privilégios e aumento do abismo entre pobres e ricos (Euzébios Filho & Guzzo, 2018). O empobrecimento da população contrasta-se com o enriquecimento (lícito e ilícito) de um setor muito específico da população: o grande capital e a cúpula estadista.

Todos esses elementos, somados, geram instabilidade política e compõem a natureza e o quadro da crise de representatividade vivida atualmente, que caminha para um questionamento e ao mesmo tempo para um distanciamento das respostas institucionais (não operantes) para combater a crise.

Essa crise se revela em diferentes esferas da sociedade, mas é refletida principalmente no campo institucional. A crise se caracteriza, assim, em um movimento que vai do questionamento da institucionalidade para uma negação da mesma, ainda que não sejam apresentadas, com clareza, alternativas políticas geradas nesse processo.

Sobre a crise da legitimidade das instituições democráticas, por exemplo, podemos citar a pesquisa de opinião realizada pelo Data Popular (2014) que revela que jovens acreditam que as eleições seriam mais confiáveis sem partido. Por outro lado, vemos parcela da população despejar esperanças em um *outsider* (Euzébios Filho & Guzzo, 2018), ainda que ele também representa muitas vezes setores que há muito tempo compõem o fisiologismo do Estado brasileiro⁴.

A crise das instituições representativas e democráticas também pode ser observada, por exemplo, na falta de confiança nelas, como revela pesquisa do IBOPE (2018). Segundo o levantamento, o governo federal seguido do congresso nacional, partidos políticos e presidente da república são os menos confiáveis na visão dos pesquisados.

É verdade que a crise de representatividade se revela como insatisfação generalizada ao sistema, mas, por outro lado, caracteriza-se por ausência de consensos significativos e de massa nos campos estruturais da vida política e econômica. Por isso, abre espaço para a polarização social. Mas, considerando a polarização conjunturalmente subordinada à mencionada crise, as decodificações dos processos políticos nem sempre ficam marcadas "pelo antagonismo de projetos de poder" – e a identificação de discursos cínicos ou dos adversários não são tarefas simples. Assim, pode haver um semelhante senso de justiça - saúde e educação para todos, combate à corrupção e outras pautas aparentemente comuns, por exemplo - sem que haja consenso sobre os meios para se alcançá-las. Por isso é que, para pensar um país mais justo pede-se desde moralização na política, passando pela intervenção

⁴ Um exemplo claro é o João Dória, conhecido empresário. Foi eleito prefeito de São Paulo pelo PSDB em 2016 e eleito governador do Estado paulista nas eleições de 2018.

militar ou pelo enfrentamento de classe.

Diferente de tempos históricos anteriores, em que a polarização ideológica entre esquerda e direita estava localizada na oposição de ideários socialistas x capitalistas - principalmente no campo sindical e partidário - em definições mais claras de oposição e identificação, atualmente o que impera é a crise de representatividade com elementos de uma polarização social de novo tipo (Ali, 2012; Euzébios Filho & Guzzo, 2018). É dela que brotam processos de contestação e consentimento da ordem (Iasi, 2006) que podem, com facilidade, conviver entre si e muitas vezes se confundir. Como colocamos anteriormente, a crise de representatividade tem como sintoma a desconfiança nas instituições e na própria democracia, ou mesmo a indiferença com o processo eleitoral, mas também é caracterizada pelas intensas mobilizações populares mais ou menos espontâneas, que vão conformando núcleos de polarização social.

O quadro de polarização não é claro e não mais se instala apenas no interior de entidades representativas, mas nas ruas e nos movimentos espontâneos da sociedade. A polarização que nos referimos tem, de um lado, a observância de reivindicações que caminham na direção de pautas progressistas: contra a corrupção, pelo aumento de financiamento público nas áreas essenciais, como saúde e educação, pelo direito à moradia popular, entre outras. Como também é possível notar ainda no campo da resistência movimentos sociais de massa, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), claramente alinhado no campo da esquerda. Além disso, podemos citar as ocupações nas escolas ocorridas em 2016, entre outros movimentos contestatórios ocorridos durante o período.

Por outro lado, vemos acenar uma onda conservadora quase sempre associada aos movimentos pró-impeachment de Dilma Roussef, remanescentes de junho de 2013, também se colocando contra a corrupção e por mais direitos sociais, mas conformados pelos pedidos de intervenção militar, contra os direitos dos LGBT-s, pelas reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo Temer, o movimento pela escola sem partido, dentre outras bandeiras que se associam ao conservadorismo político e que são materializadas em figuras como o presidente eleito Jair Bolsonaro e outras que não tardaram a se institucionalizar em partidos tradicionalmente alocados no campo da direita (Euzébios Filho & Guzzo, 2018)⁵.

Enfim, temos um cenário marcado por uma confusão ideológica (entre ser de esquerda ou direita, entre o que pode ser considerado direito ou favor, etc.), mas que indica elementos de uma polarização social não mais claramente estabelecida entre o projeto socialista x capitalista, mas entre direita e esquerda – seja lá o que isso possa significar nos dias de hoje. Ainda que mesmo assim se possa reconhecer, como procuramos deixar claro, que nessa polarização avança uma onda conservadora.

Crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: os garis e os caminhoneiros

As greves dos garis e dos caminhoneiros apresentaram um evidenciável aspecto da crise de representatividade, principalmente no que diz respeito ao descolamento entre base e direção sindical (Bartz, 2016; Farias et al., 2017) e alguns lapsos de polarização entre coros de resistência (não propriamente de contestação) e consentimento da ordem.

Em ambas situações houve respostas explosivas das bases sindicais em relação aos métodos empregados pelas direções nas negociações com os governos. Uma resposta mais organizada pode ser observada no caso dos garis, que criaram uma comissão de greve independente, a partir do movimento de revolta espontânea da base contra o método de o sindicato conduzir as negociações com o governo municipal. Também na greve dos garis foi possível notar um apoio de movimentos do cam-

⁵ Para dar apenas um exemplo de personagens que vieram à cena nas manifestações de 2013 levantando a bandeira do apartidarismo e da moralização da política, mas que agora alinham aos partidos tradicionais de direita, como esperado: Kim Kataguiri do Movimento Brasil Livre (MBL), eleito recentemente pelo Democratas como deputado federal nas eleições de 2018.

po da esquerda, como o sindicato dos professores da rede municipal e outros grupos partidários, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Havia um clima de aproximação com pautas progressistas, ainda que guiado por interesses corporativistas (Bartz, 2016).

Foi um movimento inicialmente espontâneo. Como afirmou um grevista em vídeo gravado em canal do *Youtube*, que mesmo sem o apoio do sindicato “a classe decidiu prosseguir com o movimento, porque a classe está insatisfeita. A mídia tem falado que são poucas pessoas que estão se movimentando e não é assim”. (sic) (Vio, 2014).

A tática do enfrentamento aos governos pôde ser observada no caso dos garis. Como dissemos, um enfrentamento mais organizado e dirigido a fins corporativos. A pauta principal eram os reajustes de salários e os benefícios. Não se falava abertamente em mudança social. Por outro, foi possível observar gritos de ordem como “*Não vai ter Copa*”: marca dos movimentos de esquerda no contexto das manifestações de 2013-14 (Bartz, 2016).

A principal reivindicação era contra a insuportável condição de trabalho dos garis. “*Dá pra viver com isso?*” (sic) questionava uma liderança ao microfone, com o holerite na mão. E ouvia-se um sonoro “*não*” da massa como resposta – conforme pode ser observado em vídeo publicado no *Youtube* (Canal Jornal Nova Democracia, 2014).

Mas, as tentativas de repressão da greve dos garis não vieram apenas do governo municipal. Em depoimento gravado para canal do *Youtube*, um grevista afirmou que um rapaz não identificado, mas supostamente do sindicato: “pegou e mostrou uma arma pra gente... e forçando o colega a trabalhar”. (sic) (Vio, 2014). Fato esse que contribuiu, certamente, para um descolamento entre a base e a direção sindical. Desse descolamento veio a radicalização do movimento, que não parou até alcançar as demandas econômicas (Bartz, 2016).

O caso dos caminhoneiros foi um tanto quanto diferente: setores que compunham o movimento da greve (diga-se mais uma vez, não tão bem identificados) faziam claramente coro à intervenção militar tanto em 2015, mas principalmente em 2018 (Farias, et al. 2017). Mas, se parcela significativa do movimento dos caminhoneiros pedia a saída de Dilma da presidência em 2015 (Farias et al., 2017), em 2018 reivindicavam a queda de Temer. Mais ainda, as reivindicações também foram para além da queda do governo ou implementação do regime militar. Para dar um exemplo, transcrevemos discurso de um caminhoneiro, em canal do *Youtube*, que diz que o movimento estava lutando pela baixa dos preços da “farinha, leite, pão, pelo direito de ir e vir” (sic) (Canal Guia do Sobrevivente, 2018).

Foram especialmente nos últimos dias da greve que pudemos observar faixas pela intervenção militar - não sendo difíceis de serem encontradas nas estradas pelo Brasil. Disse um caminhoneiro parado na rodovia, em vídeo postado em canal do *Youtube*: “Não tem acordo com bandido, chega! Agora nós queremos intervenção militar já!” (sic) (Canal Minas, 2018).

Outro fato convivia com isso: diferente dos garis, a prática do piquete aparentemente foi executada pelos setores da “intervenção” e por determinadas empresas supostamente executoras do *lock-out* (Ruiz, 2012), o que contribuiu para segurar muitos trabalhadores na greve parados nas rodovias. Outros ainda não defendiam a volta do regime militar, demonstrando conhecimento da história do país. Reivindicavam, como os garis, melhores condições de trabalho. Sobre isso, José da Fonseca Lopes, presidente da ABCAM, a maior entidade representativa de caminhoneiros do país, foi taxativo ao afirmar em entrevista coletiva, disponível no *Youtube*: “Tem um grupo muito forte de intervencionistas nisso aí (...) eles estão prendendo caminhão em tudo que é lugar (...) são pessoa que quer derrubar o governo. Eu não tenho nada que ver com essas pessoas e nem os nossos caminhoneiros autônomos tem” (sic). (Canal Reflita, 2018).

Principalmente no caso dos caminhoneiros, não é possível identificar com clareza quem era

maioria ou minoria - ainda que, julgando pelo material audiovisual disponível possa parecer claro que o tom conservador se impôs durante o processo. Mas a própria pulverização de lideranças dificulta uma análise sobre os porta vozes do movimento. Essa pulverização (que é uma característica que ultrapassa o contexto específico e remete ao cenário de crise de representatividade) foi ainda mais agravada pelos grupos de *WhatsApp*, que, em muitos casos, substituíram as lideranças formais (Farias et al., 2017). Citamos, por exemplo, a “rainha dos caminhoneiros”, destacada como uma das lideranças instituídas pelo aplicativo (Folhapress, 2018).

Outra curiosidade em relação ao uso do aplicativo nesse movimento deu-se na ocasião da primeira negociação formal das entidades com o governo federal. Como se noticiou amplamente na mídia, a ABCAM se retirou da reunião, negando de imediato a proposta. Horas depois, Temer anunciou em rede nacional um acordo com os grevistas, dando a greve por encerrada. Isso não apenas causou certa desorientação da base em relação à conduta do sindicato, como gerou uma revolta espontânea dos caminhoneiros autônomos, que se inflamaram contra o governo. Pelo *WhatsApp*, discutia-se então o que fazer, emergindo “líderes individuais da greve” (Folhapress, 2018). Com um vácuo representativo, cada grupo passou a ser representante de si mesmo, mas isso permitiu a entrada de oportunistas políticos que introduziram, definitivamente, pedidos de intervenção militar associados à queda do presidente.

A intervenção militar veio, mas pelas mãos do próprio governo federal, que anunciou o exército para conter as mobilizações nas estradas brasileiras. Ainda assim, o movimento não parou e continuou a pedir a intervenção daqueles mesmos que os reprimiam. Mesmo ainda tendo sido a greve considerada ilegal, ela continuou. Ou seja, um claro enfrentamento (não organizado) contra o governo e a legalidade, mas não às forças repressivas do Estado.

Sem penetração no movimento sindical, o governo federal em uma segunda rodada de negociações - aí então atendendo aparentemente à todas as reivindicações do conjunto do movimento - é mais uma vez surpreendido: a greve não cessou de imediato, sendo pautada por coros da intervenção militar e “fora Temer”. Porém, o movimento acabou sendo contido, finalmente, pela ação direta dos próprios militares.

Entre “não vai ter copa” e “intervenção militar já”, as greves dos garis e dos caminhoneiros refletem um cenário de crise de representatividade com elementos de polarização social. Os movimentos cessaram momentaneamente suas reivindicações com ganhos imediatos e uma estrutura mais ou menos espontânea de organização por fora dos sindicatos.

Considerações Finais

As duas situações concretas demonstram que a crise de representatividade se desenrola a partir de diferentes aspectos. Por exemplo, o descolamento da base em relação às lideranças sindicais não pode ser absolutizado, mas não é um aspecto a ser descartado. O espontaneísmo também é um dado da conjuntura na atualidade. Mas ele vem acompanhado de uma deslegitimação das lideranças formais e das instituições democráticas, sem que se tenha claro o que colocar no lugar das entidades e governos postos à prova. Sem essa clareza - e num cenário que traz elementos confusos de polarização esquerda x direita - setores conservadores da sociedade brasileira souberam se aproveitar, canalizando a insatisfação para seu lado (Melo, 2015). Fato é que pedidos de intervenção militar foram ouvidos claramente, em alto e bom som, em determinado momento da greve dos caminhoneiros. Há muito na história recente do país não se observava um movimento de massa nessa direção.

Mas, assim como Euzébio Filho e Guzzo (2018), consideramos que a onda conservadora em curso não elimina processos de resistência, como os próprios garis demonstraram. Sobre isso, é importante ainda ressaltar que entre a greve dos garis e dos caminhoneiros assistimos à inúmeras mani-

festações de massa do MTST, além das ocupações das escolas públicas no Estado de São Paulo e em outras regiões do país.

A combinação de vozes de resistência e conservadorismo parece conformar a tese de Iasi (2018), adaptada ao momento atual, de uma consciência que se movimenta entre o consentimento e a contestação da ordem. Assim como - embora haja processos que explicitam um sentimento de ineficácia (Sandoval, 1994) da população em relação às instituições representativas e ao mesmo tempo uma percepção do cinismo político (González et al., 2005) de determinadas autoridades - prevalece uma confusão entre o que pode ser identificado ou não como adversário político. Assim, notamos que, seja na resistência ou no conservadorismo a crise de representatividade permaneceu como fato predominante, tanto que identificar quem foram as lideranças dos movimentos não é tarefa simples.

Na greve dos garis não observamos uma contestação das pautas do sindicato e nem sua visão de mundo, mas os grevistas enfrentaram aqueles que não souberam tratar das demandas econômicas do momento para a categoria. No que se refere aos caminhoneiros, o movimento ultrapassou os limites da negociação de gabinete e a própria legalidade da greve, mas com elementos conservadores de manutenção da ordem. Esses aspectos mostram, sob o prisma da consciência política, que a crise de representatividade é uma crise, sobretudo, de identidade política (Euzébios Filho & Guizzo, 2018). Isto é, ela se manifesta não apenas como repúdio às lideranças instituídas, mas como um processo de reordenamento psico-político dos padrões de representatividade.

Essa quebra de legitimidade, sem dúvida, é explicada pelos efeitos da reestruturação produtiva e todos seus efeitos na reconfiguração da identidade sindical, aludindo às relações cada vez menos estáveis e inconstantes entre trabalhadores e empresas. Nessa direção, esse desmoronamento é também um desmoronamento da identidade política, localizada no cenário das relações sindicais e na tensão entre base e direção. É o que pudemos notar na greve dos garis e dos caminhoneiros...

Referências

Ali, T. (2012). O espírito da época. Em *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (pp 65-72). São Paulo. Boitempo/Carta Maior.

Antunes, R. (2010). *A deus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. (14ª ed.). São Paulo: Cortez.

Bartz, F. D. (2016). Problemas do sindicalismo na Nova República: o caso da greve dos professores e dos garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre e da greve nacional dos caminhoneiros (2013-2015). *Anais XIII Encontro Estadual de História ANPUH, RS*, Santa Cruz do Sul, 8-32.

Boito Júnior, A. (1996). Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo: Brasiliense, 1(3), 80-105.

Calixto, B. (2014, 8 de março de). Garis do Rio conseguem aumento de 37% e encerram greve. *Folha de São Paulo*. Acessado em 20 de agosto de 2018 de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1422758-garis-do-rio-conseguem-aumento-de-37-e-voltam-ao-trabalho-apos-oito-dias-em-greve.shtml>

Canal Guia do sobrevivente (2018, 28 de maio de). *Greve dos caminhoneiros – a verdade da situação*. *Youtube*. Acessado em 14 de agosto de 2018 de <https://www.youtube.com/watch?v=uYEsJX6bvs8>

Canal Jornal Nova Democracia (2014, 6 de março de). *O “Gari acordou” – Garis em greve fazem nova manifestação*. *Youtube*. Acessado em 16 de agosto de 2018 de https://www.youtube.com/watch?v=ZBGUf_O48W8&t=116s

- Canal Minas (2018, 28 de maio de). *Caminhoneiros pedem intervenção militar*. Youtube. Acessado em 11 de agosto de 2018 de https://www.youtube.com/watch?v=cySYyd_CR7E
- Canal Reflita (2018, 28 de maio de). *Caminhoneiros SÃO CONTRA a intervenção militar*. Youtube. Acessado em 9 de agosto de 2018 de <https://www.youtube.com/watch?v=rbzRbe06yW4>
- Cardoso, A. (2014). Os sindicatos no Brasil. *Mercado de trabalho*. Brasília: IPEA. Acessado em 10 de maio de 2018 de http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_nt01_sindicatos_brasil.pdf
- Confederação Nacional dos Transportes (2018, 25 de maio de). *Nota à imprensa 25/5*. Acessado em 9 de julho de 2018 de <http://www.cnt.org.br/imprensa/Noticia/nota-imprensa-cnt-nao-participa-nao-incentiva-nao-apoia-greve>
- Euzébios Filho, A. & Guzzo, R. S. L. (2018). A conjuntura após junho de 2013. Olhares cruzados sobre participação política e resistência. *Psicologia USP*, 2(29), 159-168. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170081>
- Farias, M. A. S.; Wissmann, D. M. & Bauer, M. A. L. (2017). Já pintei no para-choque o nome dela: análise das manifestações dos caminhoneiros em 2015. *Anais XXII Jornada de pesquisa UNIJUÍ*, Ijuí, 13-25.
- Folhapress (2018, 25 de maio de). 'Rainha dos caminhoneiros': quem é a líder que coordena os grupos de WhatsApp dos motoristas. *Gazeta do Povo*. Acessado em 20 de junho de 2018 de <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/rainha-dos-caminhoneiros-quem-e-a-lider-que-coordena-grupos-de-whatsapp-dos-motoristas-7ri56sczklz1rdie8dxbklsz3>
- González, R., et al. (2005) Identidad y actitudes políticas em jóvenes universitários: el desencanto de los que no se identifican políticamente. *Revista ciencia política (Santiago)*, 25 (2), 65-90. <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2005000200003>
- Iasi, M. L. (2006). *As Metamorfoses da Consciência de Classe: Entre a Negação e o Consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- IBOPE (2018). *Índice de confiança social*. Acessado em 10 de agosto de 2018 de http://177.47.5.246/arquivos/JOB%2018_0741_ICS_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Marcelino, P. R. P. (2008). *Terceirização e ação sindical. A singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Tese de doutorado. Instituto de ciências humanas. Programa de pós-graduação em ciências sociais. UNICAMP, Campinas.
- Machado, F. K. S. M; Giungio, C. R. & Mendes, J. M. R. (2016). Terceirização e precarização do trabalho: uma questão de sofrimento social. *Psicologia Política*, 16 (36), 227-240.
- Paulani, L. M. (2009). A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos avançados*, 23 (66), 25-39. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>
- Petras, J. (2015). *Syriza: Saqueio, pilhagem e prostração – Como a "esquerda" abraça políticas de direita*. Acessado em 17 de junho de 2018 de <http://resistir.info/>
- Revista Veja. Redação (2018, 10 de junho de). Temer bate o próprio recorde e é o presidente mais rejeitado da história. *Revista Veja*. Acessado em 27 de agosto de 2018 de <https://veja.abril.com.br/politica/temer-bate-proprio-recorde-e-e-o-presidente-mais-rejeitado-da-historia/>
- Ricci, R. (2009). Identidades de esquerda. O que é ser de esquerda no século XXI? *REA*, 99, 5-12. Acessado em 10 de abril de 2018 de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7717/4442>

Ritcher, E. P.; Ortolano, F. & Giacomini, A. (2014). Junho político: massa e multidão nas ruas brasileiras. *Psicologia Política*, 14(29), 71-86.

Ruiz, J. (2012). *Lock out caminhoneiro no Brasil – conflitos sociais em concessões rodoviárias*. Acessado em 10 de junho de 2018 de <http://www.geocities.ws/homeruiz/LOCK.pdf>

Sandoval, S. A. M. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. Em Spink, M. J. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar* (pp. 87-102). São Paulo: Cortez.

Shalders, A. (2018, 24 de maio de). Quem são e o que querem os caminhoneiros que estão parando o país? *UOL Economia*. Acessado em 18 de agosto de 2018 de <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/24/quem-sao-e-o-que-querem-os-caminhoneiros-que-estao-parando-o-pais.htm>

Vio, J. P. D. (2014, 4 de março de.). *Depoimento de trabalhador na greve dos garis 2014*. *Youtube*. Acessado em 12 de julho de 2018 de https://www.youtube.com/watch?v=97sNSG_xvi8).

Recebido em: 03/09/2018
Aprovado em: 06/11/2018